Cofen
Conselho Federal de Enfermagem

Trabalho apresentado no 21º CBCENF

Título: REFORMA PSIQUIÁTRICA NO BRASIL: UM RESGATE HISTÓRICO

Relatoria: MARCELA ESTEVAM BALDY DOS REIS

Autores: Marcela Estevam Baldy dos Reis
Silvia Maria Ribeiro Oyama

Modalidade: Comunicação coordenada

Área: Políticas Públicas, Educação e Gestão

Tipo: Pesquisa

Resumo:

Objetivo: Objetiva-se com este trabalho, realizar um resgate histórico psiquiátrico desde os primeiros tratamentos realizados no Brasil, passando pelos manicômios, a Reforma Psiquiátrica, e a atual conjuntura. Comparando métodos psiquiátricos antes e depois da Reforma. Método: Este projeto aborda a metodologia qualitativa, dentro de uma pesquisa bibliográfica para a análise de fatores históricos que levaram uma ruptura do modelo psiquiátrico. Resumo: O Brasil passou por diversas praticas psiquiátricas, entre elas as atividades manicomiais, as quais marcaram profundamente o século XIX. Nesse contexto, os principais Hospitais Colônias foram Juqueri em São Paulo (1898) e o de Barbacena em Minas Gerais (1903). O papel do enfermeiro, durante este período, foi associado e marcado pelo modelo controlador e repressor. Ademais, as instituições manicomiais eram locais de extrema precariedade, má qualidade de assistência aos portadores de doenças mentais, superlotações, comercialização da loucura e cronificação do doente mental, tendo como principal vertente, o modelo hospitalocêntrico e manicomial para tais práticas. A partir da década de 70 no Brasil, com os movimentos sanitaristas, deu início ao processo de Reforma Psiquiátrica, em favor da mudança dos modelos e das práticas de saúde exercidas até tal momento por médicos e enfermeiros. Mesmo que ambos os movimentos, reformistas e sanitaristas, tenham tido sua própria história e objetivos, esses se inseriram em um contexto de mudança pela superação da violência asilar. Dessa forma, a Reforma Psiquiátrica deve ser compreendida como um processo político e social complexo, composta por diferentes agentes e indivíduos que lutaram por esse processo, desde movimentos sociais até governos estatuais e federais. Nesse contexto de reforma, nota-se a importância da mudança de conceitos e atitudes quanto à doença mental, ao profissional da saúde, torna-se necessário uma nova postura em relação ao doente mental. Sendo assim, adaptando novas concepções humanizadas e efetivas, ambas pautadas em ideologias de cidadania e ética e, principalmente, uma assistência integradora a qual promove um cuidado especializado e profissional.